



Convocatória

Consultoria para a elaboração de uma análise jurídica do marco legal e sua aplicação na relação com o tráfico de fauna silvestre no Brasil

A. Antecedentes

A Wildlife Conservation Society (WCS) é uma organização não governamental internacional sediada no Zoológico do Bronx em Nova York que trabalha para conservar a vida silvestre e as paisagens naturais, ajudando a enfrentar os desafios globais de conservação em mais de 65 países na África, Ásia e Américas. A WCS está organizada em um conjunto de programas regionais, incluindo a região Andes - Amazônia - Orinoco (AAO), que abrange os programas da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador e Peru, além da participação regional em uma variedade de questões de conservação. .

A WCS Brasil é uma organização brasileira sem fins lucrativos que desenvolve ações voltadas para a conservação e gestão da biodiversidade na Amazônia. A estratégia institucional é baseada no desenvolvimento de soluções científicas para problemas críticos de conservação que beneficiam as paisagens naturais, a vida silvestre e as populações humanas da região. Historicamente trabalha em parceria com a Wildlife Conservation Society (WCS) para implementar projetos regionais em que seja necessário coordenar uma ação conjunta com a equipe de trabalho dos programas de outros países amazônicos como Bolívia, Colômbia, Equador e Peru.

Nos últimos anos, a WCS Global executou vários projetos de combate ao tráfico de vida silvestre na região, com o apoio de diferentes agências e organizações. Por meio desses projetos, a WCS tem trabalhado para melhorar os procedimentos administrativos e a aplicação da lei em relação à vida silvestre e manejo florestal. Este trabalho inclui o desenvolvimento de capacidades e mecanismos de coordenação e cooperação internacional na aplicação da lei e informação, divulgação e comunicação à sociedade civil sobre os riscos do tráfico de vida silvestre.

O tráfico ilegal de fauna terrestre e aquática é crime ambiental que afeta principalmente áreas de alta biodiversidade como Bolívia, Equador, Colômbia, Peru e Brasil onde, embora o problema seja enfrentado, sua caracterização e a forma ou meios de resolvê-lo podem ser diferente, como os resultados, variando em cada um deles.

Em 2019, a WCS Global convidou a WCS Brasil a participar dos esforços regionais de combate ao tráfico de fauna silvestre na Amazônia, por meio de ações para aumentar a capacidade de execução e cooperação no combate ao tráfico ilegal de fauna silvestre e madeira. na região Andes-Amazônia, financiado pela União Européia e agregando ações ao projeto "Fortalecimento da capacidade e do compromisso de combate ao tráfico de vida silvestre na América Latina" executado com o apoio financeiro do Escritório de Assuntos Internacionais de Entorpecentes e Polícia (INL) do governo dos Estados Unidos, que visa reduzir a caça furtiva e o tráfico de espécies silvestres nativas, em trânsito ou comercializadas ilegalmente na América Latina.

Para analisar o marco regulatório, os mecanismos de fiscalização, a estrutura institucional e em geral os instrumentos jurídicos disponíveis no Brasil para combater o tráfico de vida silvestre e a extração ilegal de madeira, entre outros, a UNODOC (Escritório das Nações

Unidas para Drogas e Crime) lançaram as “Ferramentas para a análise de crimes contra a vida silvestre e as florestas (UNODC, 2012)”, organizado em cinco partes: i. Legislação, ii. Aplicação efetiva da lei, iii. Poder judiciário e ministério público, iv. Forças motrizes e prevenção e v. Coleta e análise de dados. Esta publicação oferece um guia prático sobre os principais temas, padrões e normas a serem examinados e que permitem a análise das causas do crime, os mecanismos de prevenção e as respostas do sistema de justiça criminal, que podem ser tomados como referência para análise e comparação dos sistemas jurídicos de países como Bolívia, Equador, Brasil, Colômbia e Peru.

B. Solicitação

A WCS está interessada em selecionar um consultor para realizar uma análise abrangente do marco regulatório, dos mecanismos de fiscalização, da estrutura institucional e, em geral, das ferramentas legais que o Brasil dispõe para agir contra o crime de tráfico de vida silvestre (terrestre e aquática) de acordo com: (1) Legislação relacionada com o crime de vida silvestre, (2) Medidas de aplicação efetiva da lei contra o crime de tráfico de vida silvestre, (3) Capacidade judicial e de acusação para combater o crime de tráfico de vida silvestre, (4) Fatores que favorecem o crime de tráfico de vida silvestre e eficácia das intervenções preventivas, e (5) Compilação e análise de dados relacionados com o crime de tráfico de vida silvestre usando o banco de questões do Anexo 3 como guia detalhado. Os produtos do consultor devem incluir uma análise da situação do Brasil, tanto a nível teórico-regulamentar como a nível prático em termos de aplicação, incluindo conclusões, recomendações e reflexões que permitem estabelecer se o que existe é suficiente e, caso contrário, onde devem estar direcionados os esforços para uma adequada atenção à problemática do tráfico no país (pontos fortes e fracos). A metodologia do consultor será norteada pelas “Ferramentas para a análise de crimes contra a vida silvestre e florestas (UNODC, 2012)” publicadas pelo Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime, que para permitir uma análise comparativa entre os países da região, a fim de identificar lacunas e propor as medidas a serem implementadas a nível nacional e fronteiro.

C. Perfil do Consultor/a

Formação Académica: Advogado com especialização em Direito Ambiental e / ou Direito Internacional Público.

Experiência:

- Com pelo menos 3 anos de experiência em análise jurídica em entidades públicas ou organizações não governamentais relacionadas com questões ambientais, conservação da biodiversidade e / ou gestão da vida silvestre.
- Conhecimento dos procedimentos administrativos, regulamentos e regulamentos em vigor relacionados com a gestão da fauna e crimes ambientais no país.
- Conhecimento do quadro jurídico internacional relacionado com o comércio e tráfico de espécies silvestres, como CITES ou outros.
- Elevado sentido de responsabilidade e ética, capacidade para desenvolver trabalhos em grupo, boa organização e disponibilidade para apresentar e comunicar o andamento do seu trabalho.
- Disponibilidade imediata.

¹ Selecionado a partir das Ferramentas para a análise da vida silvestre e do crime florestal. Consórcio Internacional de Combate ao Crime Contra a Vida Silvestre. Nações Unidas. 2012

D. Atividades e Produtos

- Apresentar um Plano de Trabalho (conforme Anexo 1) na primeira semana do início da consultoria.
- Realizar reuniões e / ou entrevistas com as partes interessadas relevantes, em coordenação com o coordenador de tráfico da WCS no país.
- Manter registro das reuniões por meio de atas (conforme Anexo 2).
- Solicitar informação de dados às entidades competentes no quadro das regras de transparência e acesso à informação pública, de acordo com o ponto V do Banco de Questão (Anexo 3).
- Usar o banco de perguntas (Anexo 3), para responder sobre:
 - 1) Legislação relativa ao crime contra a vida silvestre.
 - 2) Medidas para a efetiva aplicação da lei contra o crime de tráfico de animais silvestres.
 - 3) Capacidade judicial e de acusação para combater o crime de tráfico de vida silvestre.
 - 4) Fatores que favorecem o crime de tráfico de vida silvestre e a eficácia das intervenções preventivas.
 - 5) Recolha e análise de dados relacionados com o crime de tráfico de vida silvestre.
- Rever os aspectos processuais dos processos criminais e administrativos relacionados com o controle, fiscalização e fiscalização do tráfico de espécies silvestres.
- Identificar as funções e responsabilidades das autoridades ambientais, das autoridades responsáveis pela supervisão, fiscalização e aplicação da lei e das responsáveis pelo controle do tráfico de vida silvestre.
- Apresentar relatório mensal detalhando o andamento da execução das atividades contratadas (conforme Anexo 4).
- Preparar o Relatório Final e o Relatório de Análise Abrangente (de acordo com o Anexo 5) do componente legal do tráfico de vida silvestre no país com base nas respostas às perguntas contidas no Banco de Perguntas.

Produtos a serem entregues:

- PRODUTO 1: Plano de trabalho (conforme Anexo 1)
- PRODUTO 2: Relatório mensal detalhando o andamento das atividades realizadas para a realização da análise jurídica do tráfico de animais silvestres no país (conforme Anexo 4)
- PRODUTO 3: Banco de questões desenvolvido (conforme Anexo 3)
- PRODUTO 4: Relatório de Análise Abrangente do componente legal de tráfico de vida silvestre no país (conforme Anexo 5).

E. Prazo de execução da Consultoria

O prazo previsto para essa consultoria é de 2 meses e meio.

F. Supervisão e Coordenação Direta

O consultor deve realizar suas atividades sobre a supervisão do Coordenador Regional AAO de Tráfico de Vida Silvestre e em Coordenação com o Especialista para o Tráfico de Vida Silvestre da WCS Brasil. Os produtos desenvolvidos devem ter também a aprovação do Vice-Conselho Jurídico da WCS para a América Latina e o Caribe (LAC).

G. Aspectos Gerais

- A WCS proporcionará ao consultor as facilidades necessárias para o desempenho de suas tarefas, como: lista de contactos relevantes, informação relacionada com o tema do tráfico de vida silvestre no país, entre outros.
- O consultor deverá apresentar sua proposta com base em um valor fixo bruto para todo o serviço, incluindo impostos, despesas e demais custos diretos e indiretos associados aos serviços a serem prestados. A proposta apresentanda deve ter validade mínima de um (1) ano.

H. Instruções para envió de Propostas

Os candidatos interessados que atendam às qualificações exigidas deverão se inscrever enviando currículo com carta de interesse (incluindo proposta financeira em reais) para wcsbrazil@wcs.org, indicando no Assunto: Consultoria Jurídica Tráfico de Fauna Brasil. Incluir referências e materias de suporte profissional quando existirem.

Convocatória

Consultoria para a elaboração de uma análise jurídica do marco legal e sua aplicação na relação com o tráfico de fauna silvestre no Brasil

Wildlife Conservation Society - WCS

ANEXO 1

FORMATO PLANO DE TRABALHO

	Atividades	Ações	Cronograma por semanas											
			1ra	2da	3ra	4ta	5ta	6ta	7ma	8va	9na	10ma		
1	Preparação do Plano de Trabalho	Entrega do Plano de Trabalho	X											
2	Preparação do primeiro relatório mensal	Entrega do primeiro relatório mensal com o detalhamento do andamento da execução das atividades.				X								
3	Preparação do segundo relatório mensal	Entrega do segundo relatório mensal com o detalhamento do andamento da execução das atividades.									X			
7	Compilação e análise de dados relacionados com o crime de tráfico de vida silvestre.	Programar de acordo com as seções do Banco de Perguntas.		X										
9	Entrega do relatório de análise abrangente do tráfico de vida silvestre em cada país, com seus anexos (incluindo as respostas ao Banco de Perguntas)											X		
10	Assinatura do ato de liquidação do contrato entre o consultor e a WCS.													X

ANEXO 2

FORMATO DE ATA DE REUNIÃO

ASSUNTO DA REUNIÃO:	Ata N° XX (indicar número consecutivo)-2019-WCS (indicar país), por exemplo Ata N° 005-2019-WCS Brasil)
	Data:
	Horário de Início:
	Local:

PARTICIPANTES				
N°	Nome Completo	Instituição	Email	Rúbricas
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				

AGENDA A TRATAR

(Incluir nessa seção a parte do Banco de perguntas a ser abordada na reunião)

CONCLUSÕES E RESULTADOS OBTIDOS

(Esta parte deve incluir as informações obtidas como resultado da reunião)

As _____ horas a reunião foi finalizada.

_____, _____ de _____ de 2020.

ANEXO 3 BANCO DE PERGUNTAS

Este Banco de Perguntas foi extraído e adaptado das "Ferramentas para a análise de crimes contra a vida silvestre e florestas (Kit de ferramentas)", preparado em 2012 pelo Consórcio Internacional para Combater crimes contra a vida silvestre (ICWC), composto pelo Secretariado da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas da Fauna e Flora Silvestre (CITES), INTERPOL, o Escritório das Nações Unidas para Drogas e Crime, o Banco Mundial e a Organização Mundial das Alfândegas.

O Manual pretende servir como um ponto de partida para melhor compreender a complexidade destes crimes (incluindo crimes contra a vida silvestre), e também como uma estrutura para o desenvolvimento de uma estratégia de prevenção e controle. Também fornece aos países um recurso técnico para realizar uma avaliação nacional das principais questões relacionadas com este tipo de crime, bem como para analisar a capacidade de resposta do sistema de justiça criminal a nível nacional.

"Crime", no que diz respeito à ICWC, refere-se a atos cometidos contra as leis nacionais destinadas a proteger os recursos naturais e administrar sua gestão e uso. Isso poderia começar com a exploração ilícita de recursos naturais. Também pode incluir atos subsequentes, como o processamento de animais silvestres em produtos, seu transporte, a oferta de venda, posse, etc. Inclui também a ocultação e lavagem dos benefícios financeiros obtidos com estes crimes. Alguns desses crimes serão perpetrados exclusivamente no país de origem, enquanto outros ocorrerão no país de destino.

Em escala internacional, os crimes levam a violações da CITES. Conseqüentemente, o crime relacionado à fauna silvestre não difere de outras formas de atividades ilegais. Na verdade, ele compartilha muitas das características de outros tipos de crime transnacional. No entanto, em certa medida, o crime contra a vida silvestre ainda não é percebido como parte do "crime organizado"¹.

SEÇÃO	PARTES
I	LEGISLAÇÃO RELATIVA AO CRIME DE TRÁFICO DE FAUNA SILVESTRE
A.	LEGISLAÇÃO INTERNACIONAL
1	O país é um Estado Parte da CITES ¹ ? Por meio de qual norma/lei o CITES foi implementado? Existe um único padrão nacional para espécies ameaçadas de extinção ou existem vários? O país fez distinções para espécies específicas listadas na CITES? Quais são essas espécies?
2	O país é um Estado membro da Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado transnacional? Qual a norma/lei que implementa a mencionada Convenção?
3	O país é um Estado membro da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção? Qual é a norma/lei que rege a implementação da referida Convenção?
4	O país é um Estado membro da Convenção sobre Diversidade Biológica? O país possui normas sobre o desenvolvimento sustentável e o uso dos recursos naturais que buscam o equilíbrio entre a proteção ambiental e o desenvolvimento econômico?
5	O país é um Estado membro da Convenção da UNESCO sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural? Existem sítios naturais no país que estão incluídos na Lista da Convenção como patrimônio mundial de "valor universal excepcional" ² ? O país possui regulamentos para proteger os sítios do patrimônio natural?
6	O país assinou acordos bilaterais com outros países que, direta ou indiretamente, estão relacionados com crimes de tráfico de fauna terrestre? Quais mecanismos o acordo contém? Estabelece infrações, medidas de cooperação entre agências alfandegárias e policiais, troca de informações e outras medidas?
B.	LEGISLAÇÃO NACIONAL
7	Que regulamentos regem o setor de vida silvestre? Quando foram emitidos? Quando foram atualizados pela última vez? Os regulamentos nacionais regulam questões de posse e direitos de propriedade sobre a vida silvestre? Os regulamentos nacionais regem a gestão e administração do setor da vida silvestre? Qual é o órgão responsável pelo manejo da vida silvestre? A que setor pertence a instituição?

¹ <https://www.cites.org/esp/prog/icwc.php/Wildlife-Crime>

² De acordo com esta Convenção, aqueles bens ou sítios que representam um valor universal excepcional devem ser conservados como elementos do patrimônio mundial de toda a humanidade

	<p>A caça de subsistência, esportiva ou comercial é permitida pelos regulamentos nacionais? Quais são os requisitos para caçar legalmente? Os regulamentos nacionais estabelecem áreas nas quais a caça não é permitida? Eles designam áreas em que a caça de subsistência, esporte ou comercial é permitida? A legislação nacional estabelece regras para o transporte e para a importação / exportação de fauna silvestre, viva, morta, troféus, suas partes e produtos? A legislação nacional estabelece crimes específicos e medidas de fiscalização eficazes para a exportação de fauna silvestre, viva, morta, troféus, suas partes e produtos? A legislação nacional estabelece responsabilidades específicas para cada órgão ou autoridade e mecanismos de coordenação e cooperação?</p>
8	<p>As leis nacionais relevantes se aplicam a todas as espécies de vida silvestre incluídas nos Apêndices I, II e III? Essas leis se aplicam a espécies não CITES?</p>
9	<p>Se o país é um Estado membro da CITES, designou uma autoridade administrativa? Qual é o nome da autoridade? Foi criada por lei? O país designou uma autoridade científica? Qual é o mandato da autoridade administrativa? A instituição é designada para conceder, cancelar e reter as licenças e certificados exigidos pela CITES? A autoridade administrativa está autorizada a prosseguir com qualquer investigação e deter espécimes quando houver dúvidas razoáveis quanto à sua identificação? A autoridade administrativa pode negar ou aceitar autorizações de países exportadores quando tiver motivos para isso? Onde está localizada a autoridade administrativa? Como está equipado e com qual orçamento conta? Qual é a sua equipe?</p>
10	<p>Como a autoridade administrativa coopera com as alfândegas? Foi assinado um acordo para facilitar a cooperação entre os dois? O que está estabelecido nele? Como a autoridade administrativa coopera com outras agências de aplicação da lei e agências governamentais? A autoridade administrativa tem poderes para fornecer assistência a outras agências em identificação, manuseio e descarte de espécimes retidos ou confiscados?</p>
11	<p>As leis nacionais se aplicam a espécies que não estão listadas nos apêndices da CITES?</p>
12	<p>Que elementos de culpabilidade são exigidos em crimes contra o tráfico ilegal de animais silvestres? Está contemplado que a responsabilidade por crimes de tráfico ilegal de vida silvestre pode surgir sem prova de culpa?</p>
13	<p>A responsabilidade por crimes contra a vida silvestre se estende a pessoas que ajudam, consentem, aconselham ou facilitam o crime, bem como outros cúmplices? Quais são os requisitos para declarar pessoas criminalmente responsáveis como participantes ou cúmplices?</p>
14	<p>Pessoas jurídicas podem ser acusadas criminalmente por crimes contra a vida silvestre? Existe responsabilidade penal de pessoas jurídicas sem prejuízo da responsabilidade penal das pessoas? Que tipo de sanções podem ser impostas a pessoas jurídicas? É possível impor sanções civis ou administrativas a pessoas jurídicas se a responsabilidade penal das pessoas jurídicas não estiver contemplada?</p>
15	<p>As seguintes atividades são classificadas como infrações penais na legislação nacional?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Matar ou capturar espécies protegidas de vida silvestre; . Matar ou capturar animais silvestres sem autorização válida, matar ou capturar animais silvestres em áreas protegidas . Matar ou capturar animais silvestres fora dos limites permitidos . Matar ou capturar animais silvestres além das cotas autorizadas . Matar ou capturar espécies jovens de vida silvestre; destruir ou danificar ninhos, tocas e ovos e remover os ovos . Caçar fora da temporada de caça ou em horários não autorizados . Obter uma licença de caça ilegalmente; . Usar equipamento de caça ou métodos de caça não autorizados . Fornecer dados inferiores aos reais ou relatar erroneamente atividades de caça ou cotas. <p>Em que legislação essas atividades são criminalizadas? São considerados crimes ou infrações administrativas? Que tipos de crimes estão incluídos? Quais são as penas para esses crimes?</p>
16	<p>As seguintes atividades são classificadas como infrações penais na legislação nacional?</p> <ul style="list-style-type: none"> . O processamento ilícito de material (faz referência a sangue? Pêlo, penas? Fibra? Carne? Incluir os exemplos para esclarecer mais) animal obtido ilegalmente . O processamento sem documentação que comprove a procedência legal do material . A fabricação de produtos proibidos de vida silvestre . A operação de instalações para processamento de materiais de vida silvestre sem licença.

	<ul style="list-style-type: none"> Em que legislação essas atividades são criminalizadas? <p>São considerados crimes ou infrações administrativas? Que tipos de comportamento estão incluídos? Quais são as penalidades para esses crimes?</p>
17	<p>As seguintes atividades são penalizadas na legislação nacional?</p> <ul style="list-style-type: none"> Exportação e importação de espécies protegidas (ao abrigo da legislação nacional ou porque estão incluídas na CITES) Exportação e importação de vida silvestre sem licenças válidas A exportação e importação de animais silvestres em quantidades que excedam as cotas estabelecidas <p>Em que legislação essas atividades são criminalizadas? São consideradas crimes ou infrações administrativas? Que tipos de crimes estão incluídos na legislação nacional? Quais são penas para esses crimes?</p>
18	<p>As seguintes atividades são penalizadas na legislação nacional?</p> <ul style="list-style-type: none"> Posse e aquisição de qualquer espécime de uma espécie listada na CITES que tenha sido importada, introduzida do mar ou retirada da natureza sem as devidas licenças A posse e aquisição de espécimes importados ilegalmente Obtenção, consumo e utilização de fauna silvestre de origem ilícita / importada ilegalmente. <p>Em que legislação essas atividades são criminalizadas? Eles são considerados crimes ou infrações administrativas? Que tipos de crimes estão incluídos? Quais são as penas para esses crimes?</p>
19	<p>Que tipos de sanções são contempladas na legislação que trata da vida silvestre (como multas e pena de prisão)? A legislação estabelece penas máximas de prisão ou valores máximos para multas? A legislação estabelece penas mínimas de prisão ou valores mínimos para multas?</p>
20	<p>As seguintes atividades são criminalizadas pela legislação nacional? Que tipos de conduta estão incluídas?</p> <ul style="list-style-type: none"> A falsificação de documentos, carimbos e marcas de segurança emitidos pelo governo Dar informações falsas, incluindo fazer declarações falsas e deturpações, a funcionários do governo A remoção, alteração intencional, apagamento e modificação não autorizada de selos e marcas A falsificação de registros e a violação da obrigação de mantê-los Em que legislação essas atividades são criminalizadas? <p>Eles são considerados crimes de fraude em geral, crimes relacionados à identidade ou crimes específicos contra a vida silvestre? São crimes ou infrações administrativas? Quais são as penas para esses crimes? Esses crimes correspondem a sanções criminais ou administrativo ou ambos?</p>
21	<p>Todos os crimes contra a vida silvestre são infrações subjacentes às quais se aplicam as disposições sobre lavagem de dinheiro? Em caso afirmativo, as infrações antecedentes incluem aquelas cometidas dentro e fora do território nacional? No caso de terem sido cometidos fora do território nacional, aplica-se o princípio da dupla incriminação? Existem crimes específicos de lavagem de dinheiro relacionados a crimes contra a vida silvestre? Onde esses crimes são definidos (por exemplo, no código penal ou em leis criminais específicas)? Quais são as penas para esses crimes?</p>
22	<p>O país é membro da Força-Tarefa de Ação Financeira contra a Lavagem de Dinheiro - GAFI³? O país é membro de algum outro grupo regional de combate à lavagem de dinheiro?</p>
23	<p>Existem infrações especiais relacionadas aos setores de vida silvestre que criminalizam os seguintes comportamentos?</p> <ul style="list-style-type: none"> O pagamento de propinas a funcionários do governo ou políticos para receber tratamento preferencial em troca (por exemplo, autorização de um criadouro, autorização de caça, autorização de tosa de camelídeos na América do Sul, ou para evitar restrições, ignorar infrações menores, entre outras) O pagamento de subornos para evitar processo ou intervenção administrativa por descumprimento de leis e regulamentos relacionados à vida silvestre Extorsão financeira por funcionários da vida silvestre Favoritismo (decisões favoráveis a funcionários relacionados à vida silvestre com o entendimento tácito de que o favor será devolvido em dinheiro ou outra forma) Apadrinhamento (ou seja, decisões de funcionários da vida silvestre para favorecer amigos e familiares) Manipulação de processos de licitação ou vazamento de informações sobre licitações para contratantes preferenciais. <p>O país é um Estado membro da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção?</p>

³ Em 1989, o órgão intergovernamental denominado Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) foi criado com o objetivo de estabelecer padrões e promover a implementação efetiva de medidas legais, regulatórias e operacionais de combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e outras ameaças à integridade do sistema financeiro. É composto por 37 membros e 8 grupos regionais como organizações associadas; entre os quais está o Grupo Latino-Americano de Ação Financeira (GAFILAT)

24	<p>As seguintes atividades são puníveis pela legislação nacional?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Evitar o pagamento de royalties através de relatórios de valores ou valores inferiores aos reais relativos a materiais ou produtos de origem animal. . O não pagamento de taxas, royalties, impostos e outras taxas governamentais relacionadas à atividades do setor de fauna silvestre. <p>Em caso afirmativo, são infrações penais ou infrações administrativas? Sob quais leis esses crimes são puníveis? Quais são as penas para esses crimes?</p>
25	<p>O país criminaliza a participação em uma organização criminosa ou outro grupo criminoso organizado? Em caso afirmativo, em que legislação esse crime pode ser encontrado? Como é tipificado? Este crime contém a figura de um crime grave? O crime contra a vida silvestre é considerado um crime grave de acordo com a legislação nacional? Esse crime se estende àqueles que lideram, dirigem, financiam ou ajudam organizações criminosas sem fazer parte delas? Quais são as penas estabelecidas para esse crime?</p>
26	<p>O país participa de alguma das redes regionais para a aplicação efetiva das leis relativas a vida silvestre? As declarações e diretrizes das melhores práticas desenvolvidas pelas redes regionais de aplicação da lei relativas a vida silvestre foram integradas às políticas, leis, regulamentos, procedimentos administrativos, etc. nacionais?</p>
II.	<p>MEDIDAS PARA A APLICAÇÃO EFETIVA DA LEI CONTRA O CRIME DE TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES Inclui qualquer ação ou intervenção governamental que seja realizada para determinar ou responder ao não cumprimento das leis. Na maioria dos países, há mais de uma agência com responsabilidade pela aplicação efetiva de muitos aspectos das leis relativas a vida silvestre.</p>
1	<p>Como é a aplicação efetiva da lei sobre crimes de tráfico de vida silvestre terrestre no âmbito nacional? Quais agências são responsáveis pelos serviços policiais locais, provinciais e estaduais? Existem forças-tarefa interinstitucionais ou outras agências que trabalham com crimes ambientais ou relacionados? Quais ministérios do governo estão envolvidos na aplicação efetiva da lei?</p>
2	<p>Quais organizações, agências ou órgãos estão envolvidos na investigação de crimes contra a vida silvestre? Quais são as funções e responsabilidades de cada agência? As funções dos órgãos relevantes estão claramente definidas e claramente compreendidas por sua equipe e pelos órgãos com os quais eles interagem? Esses órgãos têm poderes formais ou discricionários para desempenhar adequadamente suas funções? As agências fazem parte de um ou mais ministérios do governo? Quais ministérios estão envolvidos? Como essas organizações são financiadas? Os orçamentos que recebem são suficientes para cumprir suas funções? Quem controla esses organismos? Quem supervisiona sua função? As agências se dedicam exclusivamente ao crime contra a vida silvestre ou também têm responsabilidades por outros tipos de crime (por exemplo, drogas ilegais, extração ilegal de madeira, mineração, crime organizado ou lavagem de dinheiro) ou bens não tarifários? Existem grupos ou organizações não oficiais ou privadas que desempenham funções de policiamento no setor da vida silvestre? Em caso afirmativo, quais tarefas eles realizam? Como são percebidos pelas agências policiais oficiais? A quem eles prestam contas?</p>
3	<p>Existe legislação que atribui responsabilidades aos serviços policiais em relação aos crimes contra a vida silvestre e outros crimes associados a agências específicas? (Alfândega, por exemplo)</p>
4	<p>A legislação atribui funções às diferentes agências que executam as tarefas policiais e as distingue? Quem é responsável por chefiar uma investigação criminal que inclui crimes contra a vida silvestre: o promotor, juízes de investigação, policiais, agências de vida silvestre ou agências alfandegárias ou de controle de fronteiras? Quem é responsável por dirigir as investigações que incluem crimes relacionados com alfândega, importação / exportação e controle de fronteira? Quem é o responsável por dirigir as investigações de crimes relacionados à CITES? Os resultados das investigações, julgamentos e decisões judiciais são compartilhados entre as agências de aplicação da lei relevantes, em particular órgão que transferiu o caso em questão?</p>
5	<p>Que órgão foi designado como autoridade administrativa da CITES (se o país for um Estado Membro)? A autoridade administrativa da CITES tem funções eficazes de fiscalização? Em caso negativo, que órgão é responsável pela implementação efetiva das obrigações da CITES? Como a autoridade administrativa da CITES trabalha com outras agências e ministérios responsáveis pela aplicação efetiva da lei?</p>
6	<p>Existe uma estratégia de policiamento comunitário relacionada aos crimes contra a vida silvestre? Se sim, o que está incluído nele? As prioridades locais e medidas de desempenho foram estabelecidas? Como outros órgãos de justiça criminal e o público percebem o policiamento comunitário?</p>
7	<p>Que parcerias existem atualmente para prevenir e reprimir crimes contra a vida silvestre:</p> <ol style="list-style-type: none"> a) entre as agências de aplicação da lei b) entre as agências de aplicação da lei e outros departamentos de serviço público? <p>Existem mecanismos para permitir e facilitar a cooperação entre agências de manejo da vida silvestre, agentes da lei, procuradores e órgãos judiciais?</p>

	<p>Existem associações com outros agrupamentos formais nos setores público, privado ou não governamental? Como funcionam essas associações na prática? Existem protocolos escritos, memorandos de entendimento, comitês, etc.? Os recursos são compartilhados nos acordos de parceria? Foram realizadas operações conjuntas? Existem parcerias público-privadas que fornecem apoio financeiro, logístico ou outro para a repressão aos crimes contra a vida silvestre? Existem disposições legais que permitem comissões de serviço recíprocas entre agências? As forças armadas desempenham algum papel na aplicação eficaz das leis relativas a vida silvestre?</p>
8	<p>Quantas pessoas trabalham nas unidades responsáveis pela aplicação eficaz das leis relativas a vida silvestre? Essas agências têm pessoal suficiente? Os funcionários recebem treinamento adequado? As unidades policiais encarregadas da aplicação eficaz das leis relativas a vida silvestre estão totalmente equipadas? Nas unidades competentes, que proporção de funcionários encarregados da aplicação efetiva da lei estão nos cargos de supervisão ou gestão? Qual é o tempo médio de permanência dos funcionários nas unidades competentes? Nas unidades competentes, que proporção do pessoal é de dedicação inteiro / dedicação parcial, administrativo / investigação? Os policiais são destacados para locais estratégicos, como reservas florestais e de caça, parques nacionais, portos, passagens de fronteira, etc.? Existe um equilíbrio adequado entre o pessoal que trabalha no campo e o que trabalha na sede? Existe um sistema de cobrança no qual o pessoal é atribuído a diferentes departamentos ou agências após um período de tempo? Há fundos disponíveis para viagens, contratação de especialistas e compra de equipamentos?</p>
9	<p>Qual é a estrutura salarial para os encarregados da aplicação da lei e outro pessoal? Qual é o salário médio, incluindo horas extras, para cada nível? Como ele se compara ao salário nacional médio? Como ele se compara aos salários de funcionários de outras agências de aplicação da lei? Os níveis salariais são adequados ou os encarregados da aplicação da lei precisam encontrar empregos adicionais ou empresas privadas para complementar sua renda? Os níveis salariais são proporcionais às responsabilidades e riscos que as tarefas exigem? Os policiais e outros funcionários que trabalham com vida silvestre recebem seus salários? Eles os recebem em dia? Existem planos de recompensa para apreensões e prisões? Como eles funcionam?</p>
10	<p>Quais são os processos de seleção e procedimentos de recrutamento para ingressar nas unidades e órgãos responsáveis pela aplicação efetiva das leis, normas e regulamentos relacionados a vida silvestre? Como os funcionários são selecionados? Quais são os níveis de qualificação, habilidades e experiência profissional exigidos para o ingresso nessas unidades? Quais são os requisitos educacionais básicos para entrar? Existe um procedimento de prova para os candidatos? O recrutamento é baseado em avaliação objetiva e entrevistas? O sistema de seleção parece justo e objetivo? Os funcionários concluem um período de experiência antes de serem efetivados como membros da equipe?</p>
11	<p>Qual treinamento básico é fornecido aos indivíduos que entram nas unidades relevantes encarregados da aplicação eficaz das leis relacionadas a vida silvestre? Qual é a capacidade anual para treinamento de recém-chegados e treinamento especializado? Com que frequência os oficiais recebem treinamento de atualização? Que cursos de treinamento especializados estão disponíveis? Como as necessidades de treinamento são avaliadas? Como o treinamento é realizado? (salas de aula, auto-estudo, virtual) Quem ministra o treinamento? Como se avalia a qualificação dos treinadores? Que outras oportunidades estão disponíveis? Que treinamento sobre crimes relacionados a animais silvestres está disponível para as agências alfandegárias e policiais? A questão do contrabando de animais silvestres está incluída no treinamento do pessoal de segurança em portos e aeroportos? Existe um programa de treinamento interinstitucional?</p>

12	<p>O treinamento dos encarregados da aplicação da lei relativas à animais silvestres abrange as seguintes questões?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Leis nacionais sobre fauna silvestre, incluindo procedimentos e crimes. . Níveis e características da atividade criminosa nesses setores . Proteção de espécies e questões ambientais relevantes . Comércio, documentação correta e trâmites aduaneiros . Compilação e divulgação de informações . Identificação de mercadorias . Técnicas de investigação, procedimentos e manuseio de produtos da fauna silvestre apreendidos . Disponibilidade e limitações dos poderes de aplicação efetiva da lei . Uso de equipamentos, tecnologia e procedimentos forenses . Cooperação internacional . Associação e colaboração com organizações nacionais e internacionais . Prevenção, educação e conscientização. . Responsabilidade, ética, direitos humanos, integridade e corrupção.
13	<p>Existem estruturas legislativas ou outras (escritas) sobre a obtenção, armazenamento, análise e disseminação de informações criminais ou inteligência cujo objetivo é a aplicação efetiva das leis relativas a fauna silvestre? O que é permitido nos marcos legais e legislativos atualmente em vigor? Quais são as restrições e limitações? Quem coleta as informações? Como isso é feito? As agências são permitidas ou obrigadas a trocar inteligência com outros países?</p>
14	<p>Os investigadores de crimes de vida silvestre estão cientes do uso de técnicas de investigação secreta, incluindo as seguintes?</p> <ul style="list-style-type: none"> . Interceptação de telecomunicações, e-mails e correio normal . Uso de dispositivos de escuta, rastreamento e determinação da posição . Equipamentos móveis de vigilância, vigilância fotográfica e vigilância através da aquisição de vídeos . Utilização de identidade falsa de pessoas e empresas . Inspeção secreta de instalações, cartas, pacotes, contêineres e veículos . Compra simulada ou compra experimental de um item . Vigilância na Internet . Simulação da prática de crime de corrupção ou “teste de integridade” . Vigilância secreta em tempo real de transações financeiras . Infiltração encoberta de redes por meio de operações nas quais os investigadores se passam por criminosos ou compradores. <p>Quais são os requisitos para o uso de técnicas de investigação secreta? É necessária autorização judicial?</p>
15	<p>Até que ponto as autoridades responsáveis pelas denúncias são usadas na investigação de crimes contra a vida silvestre? Que procedimentos existem para entrar em contato com os informantes e registrar as informações? A identidade dos denunciadores é protegida em todo o sistema de justiça criminal? Quais são as regras relativas ao pagamento de informantes? Por exemplo, quem autoriza o pagamento? Como é apurado o valor (remuneração ou percentual)? Como são feitos os pagamentos? Quais procedimentos de auditoria são usados?</p>
17	<p>Como os habitats da vida silvestre são patrulhados? Com que frequência? Quem patrulha essas áreas (funcionários florestais, guardas de vida silvestre, polícia ou outros)? Qual sistema é usado para determinar as rotas e frequência de patrulha? Existem pontos de controle específicos ao longo das principais rotas de comércio, estradas, rios, portos, sítios naturais ou outros? Qual equipe é atribuída a esses pontos de verificação e quais inspeções são realizadas nos mesmos?</p>
18	<p>Os investigadores que trabalham com vida silvestre (individualmente ou em equipes) podem agir para investigar alvos, indivíduos ou grupos previamente identificados, em vez de agir somente respondendo a denúncias de crimes? Existe uma unidade ou departamento de inteligência criminal que coleta e analisa informações relacionadas a crimes contra a vida silvestre e criminosos?</p>
19	<p>Existe legislação que autoriza uma agência a investigar crimes contra a vida silvestre? As atribuições de aplicação efetiva da lei estão estabelecidas em estatutos ou legislação sobre fauna silvestre, leis aduaneiras ou outra legislação especial, ou estão previstas em leis gerais de processo penal ou em lei policial? Que leis, regras ou regulamentos regem os poderes e a conduta dos encarregados da aplicação da lei?</p>

20	<p>Quais são as instalações físicas das unidades relevantes? Onde elas estão localizadas? Os edifícios são estruturalmente sólidos? Existe uma fonte permanente e segura de eletricidade? Existe um gerador de backup funcionando? O equipamento de escritório é adequado? O supervisor ou gerente da unidade está localizado nas instalações ou próximo a elas? Se os promotores estão conduzindo a investigação, onde eles estão localizados? Eles têm fácil acesso aos pesquisadores? Que tecnologia de comunicação e processamento de texto está disponível (como computadores, Internet, telefones, telefones celulares e transceptores portáteis?) Além da alfândega, polícia ou outras agências de aplicação da lei, quem auxilia no manuseio e armazenamento da fauna e flora apreendidas (viva ou morta)? Os oficiais têm acesso a equipamentos de proteção individual, como cassetetes, algemas, tasers, armas de fogo ou outras armas? Os investigadores têm acesso a veículos, barcos ou outros meios de transporte? Quantos veículos ou barcos estão disponíveis? Eles são verificados ou não? Eles são blindados? Existe combustível suficiente disponível?</p>
21	<p>Como os crimes contra a vida silvestre chegam ao conhecimento das autoridades? As informações de contato para relatar crimes estão publicamente disponíveis? Que medidas são tomadas quando um crime contra a fauna silvestre é relatado? Quem é o responsável pela gravação? Existem procedimentos para processar essas reclamações? Como e onde as reclamações são registradas? Como as reclamações são armazenadas e arquivadas? Existe um formulário padrão para registrar uma denúncia inicial de um crime? Em caso afirmativo, esse formulário inclui informações sobre dados, espécies envolvidas, tipo de incidente ou crime e suspeita? A pessoa que denunciou o crime é mantida a par do andamento da investigação? Existem planos de recompensa para pessoas que relatam crimes contra a fauna silvestre?</p>
22	<p>Que leis e procedimentos existem para permitir e facilitar a identificação de suspeitos? Existem procedimentos especiais para os autores de crimes contra a vida silvestre? Os investigadores têm meios de colher amostras de DNA de suspeitos de crime para fins de identificação?</p>
23	<p>Os investigadores de crimes contra a vida silvestre são treinados em técnicas de entrevista? Em caso afirmativo, em que consiste o treinamento? As entrevistas com as pessoas afetadas, testemunhas e suspeitos são registradas? Em caso afirmativo, onde e quando? A testemunha tem direito à presença de um advogado durante a entrevista? Os suspeitos têm o direito de se recusar a responder às perguntas?</p>
24	<p>A intimidação de testemunhas e vítimas de crimes contra a vida silvestre é criminalizada? Que medidas estão disponíveis para proteger testemunhas e vítimas de crimes contra a vida silvestre?</p>
25	<p>Existem disposições especiais contra a lavagem de dinheiro em relação aos crimes contra a vida silvestre? Os investigadores de crimes contra a vida silvestre estão autorizados, treinados e equipados para conduzir investigações financeiras? Cooperam com as UIFs?</p>
26	<p>Os importadores e exportadores são obrigados a declarar a fauna silvestre que pretendem importar ou exportar? Os importadores e exportadores são obrigados a apresentar documentos CITES? As autoridades alfandegárias devem ser notificadas com antecedência sobre, por exemplo, informações sobre a carga? Que pessoal especializado, equipamento técnico, cães detectores e instalações estão disponíveis nas travessias de fronteiras terrestres, portos marítimos e aeroportos? Todas as unidades alfandegárias (como classificação de mercadorias, cobrança de taxas, controle de passageiros e carga) foram atribuídas a responsabilidade pela aplicação efetiva das leis de vida silvestre relevantes? Existem acordos de cooperação formalizados entre alfândegas e agências de vida silvestre? Qual é a relação de trabalho diária entre eles? A alfândega e outros funcionários de fronteira são treinados nos requisitos da CITES, identificação de espécimes, etc.? Qual porcentagem das remessas é inspecionada antes da exportação ou importação? A carga e os passageiros em trânsito também são controlados e inspecionados?</p>
27	<p>Que tipo de cooperação existe entre as alfândegas e a autoridade administrativa da CITES? Foi assinado um memorando de entendimento nacional entre a alfândega e a autoridade CITES administrativo? Em caso afirmativo, o que está estabelecido nele?</p>
28	<p>A alfândega e outras agências de aplicação da lei têm acesso a ENVIRONET?</p>

29	<p>O país é Estado parte de tratados bilaterais ou multilaterais que permitem solicitar cooperação em matéria de aplicação efetiva da lei ou receber pedidos no mesmo sentido de outros países?</p> <p>O país é um Estado parte de um acordo internacional relacionado à cooperação internacional em matéria policial?</p>
30	<p>O país é membro da INTERPOL?</p> <p>Tem um escritório central nacional?</p> <p>O país participa do Grupo de Trabalho sobre Crimes contra a Fauna e Flora Silvestres?</p> <p>Os representantes de agências de vida silvestre e agências de aplicação da lei participam das reuniões do Grupo de Trabalho?</p>
31	<p>O escritório central nacional da INTERPOL usa o Ecomesage para compartilhar informações sobre crimes contra a vida silvestre? Se não, porque não?</p> <p>O pessoal relevante está devidamente treinado para usar o Ecomesage?</p> <p>Quais são as experiências do país no uso do Ecomesage?</p> <p>Que obstáculos foram encontrados?</p>
32	<p>O país possui uma autoridade central responsável pela cooperação internacional?</p> <p>Essa responsabilidade foi delegada a algum outro órgão?</p> <p>Existem disposições especiais para que os departamentos de vida silvestre e suas unidades de aplicação da lei tenham contato direto com seus homólogos estrangeiros?</p> <p>Dentro das organizações relevantes, quem trata dos casos de vida silvestre de dimensão internacional?</p>
33	<p>O país tem capacidade para estabelecer equipes de investigação conjuntas com outros países?</p> <p>Isso é possível no campo do crime contra a vida silvestre?</p> <p>Se não, quais são os obstáculos?</p> <p>O país fez acordos com outros países para o intercâmbio de oficiais de ligação da polícia?</p> <p>O país participa de acordos com outros países para o intercâmbio de informações e inteligência? Se sim, quais são eles?</p> <p>As agências de aplicação da lei participaram de equipes internacionais de investigação conjunta? Se sim, como foi essa experiência?</p> <p>O país participou de operações conjuntas regionais ou internacionais? Se sim, quais foram os resultados?</p> <p>A polícia nacional coopera (formal e informalmente) com as agências policiais de outros países na obtenção, compartilhamento e análise de informações de inteligência criminal?</p>
34	<p>Que tipos e níveis de assistência técnica e assistência são oferecidos por organizações internacionais e regionais ou de outros países para melhorar a aplicação efetiva da lei em relação aos crimes contra a vida silvestre?</p> <p>Como essa assistência pode ser solicitada? Já foram feitos pedidos no passado?</p> <p>Eles tiveram sucesso?</p> <p>Existem iniciativas financiadas por organizações internacionais ou regionais, ou doadores bilaterais ou multilaterais para o desenvolvimento de serviços de aplicação da lei e policiamento nos setores da vida silvestre?</p> <p>Quais são os objetivos desses projetos?</p>
35	<p>A legislação estabelece mecanismos para monitorar e supervisionar a conduta e desempenho dos funcionários encarregados de sua aplicação efetiva no campo da vida silvestre? Se sim, quais são esses mecanismos?</p> <p>Existe um código de conduta claro que rege o desempenho dos funcionários responsáveis pela aplicação eficaz das leis de vida silvestre? Em caso afirmativo, o que indica?</p> <p>Já houve casos de violação de seus princípios?</p> <p>Como esses casos foram tratados?</p> <p>Os funcionários têm a obrigação e o direito de denunciar seus colegas por falta de integridade e não conformidade com os padrões profissionais?</p> <p>Existem mecanismos para que os cidadãos apresentem queixas contra a polícia e outros funcionários relacionados com crimes contra a vida silvestre?</p> <p>Existe um mecanismo independente de monitoramento e supervisão para o sistema de reclamações?</p> <p>Como os encarregados da aplicação da lei sobre vida silvestre são vistos por outras agências e pelo público em geral?</p> <p>Eles são confiáveis e respeitados? Se não, porque não?</p>
36	<p>Há alegações de que os encarregados da aplicação da lei sobre vida silvestre aceitam ou solicitam subornos para fazer com que eles ignorem crimes relevantes?</p> <p>Os funcionários das agências de vida silvestre são pagos adequadamente?</p> <p>As leis de vida silvestre relevantes contêm disposições específicas sobre corrupção e suborno? Em caso afirmativo, quais são e como são aplicados de forma eficaz?</p> <p>Existe uma estratégia ou plano nacional para combater a corrupção no setor da vida silvestre? Em caso afirmativo, o que inclui?</p> <p>Existe um plano de ação abrangente de integridade ou anticorrupção para as autoridades policiais e aduaneiras? Em caso afirmativo, o que inclui?</p> <p>Quem é o responsável pela sua implementação?</p> <p>Os funcionários da alfândega e da polícia têm permissão para receber presentes, benefícios ou recompensas pessoais?</p> <p>É proibido em algum regulamento ou não é feito por questão de ética?</p>
III	CAPACIDADE JUDICIAL E DE PROSECUÇÃO PARA COMBATER O CRIME DE TRÁFICO DE ANIMAIS SILVESTRES
	PODER JUDICIAL
1	<p>Em que leis são estabelecidas as funções e a organização do judiciário?</p> <p>Qual é o conteúdo dessas leis?</p>

2	<p>Quais são os níveis hierárquicos do sistema de justiça criminal? Quais são os poderes de cada nível? Como funcionam os processos de apelação e revisão nos diferentes níveis do sistema judicial? Em quais tribunais os casos de vida silvestre são apresentados pela primeira vez? Em que tribunais são apresentados os recursos? Existem tribunais, juízes e outros funcionários judiciais em qualquer nível que lidem exclusivamente com crimes contra a vida silvestre? Existem tribunais especializados estabelecidos por lei ou através de acordos administrativos que tenham alguma relevância para os crimes contra a vida silvestre (tais como tribunais anticorrupção)?</p>
3	<p>Qual é a relação entre o judiciário e os ramos executivo e legislativo do governo? Como essas relações são articuladas?</p>
4	<p>Quanto juízes estão empregados atualmente para ouvir processos criminais? O número é suficiente para lidar com o volume de casos que chegam aos tribunais? Para quais tribunais os casos envolvendo crimes contra a fauna silvestre são encaminhados? Com que base eles são encaminhados? Os tribunais criminais têm pessoal completo? Que tipo de pessoal auxiliar está envolvido na preparação do processo penal (administrativo, paralegal ou outros)? Qual é a estrutura salarial dos juízes e auxiliares? Qual é o salário médio, incluindo horas extras, para cada nível? Como isso se compara ao salário médio nacional? Os níveis salariais são compatíveis com as responsabilidades e riscos que as tarefas envolvem? Os juízes e auxiliares recebem sua remuneração em dia?</p>
5	<p>Quais são os processos e procedimentos para nomear juízes? Que nível de qualificação é necessário? Como os juízes são selecionados para os tribunais superiores e especializados? Qual treinamento inicial os novos juízes e outros funcionários recém-contratados recebem? É fornecido treinamento especializado em crimes contra a vida silvestre para funcionários novos ou existentes? Com que frequência os juízes ou outros funcionários recebem treinamento de atualização?</p>
6	<p>Quais são as facilidades do judiciário? Onde estão localizados os tribunais de justiça? O equipamento de escritório é adequado (como móveis, material de escritório e copiadoras)? Os tribunais estão devidamente equipados e mobilados? Que tecnologia de comunicação e processamento de texto está disponível? Os registros eletrônicos, evidências e informações podem ser armazenados com segurança? Os juízes e seus funcionários têm acesso à legislação relevante, incluindo leis criminais e leis sobre vida silvestre?</p>
7	<p>Existe um arquivo do tribunal? O pessoal é treinado em manutenção de registros? De acordo com a lei atual, quais arquivos judiciais são acessíveis ao público e quais são confidenciais? Por quanto tempo os diferentes tipos de arquivos judiciais são mantidos? Existem regras claras sobre manutenção e destruição de arquivos? Os arquivos podem ser rastreados à medida que passam pelas diferentes instâncias do tribunal? Os repertórios da jurisprudência são compilados?</p>
8	<p>A legislação em vigor prevê o monitoramento e supervisão da conduta e desempenho de juízes e oficiais de justiça? Se sim, quais são esses mecanismos? Como é avaliado o desempenho dos juízes? Como o Judiciário é visto por outros órgãos ou pelo público em geral? Existe uma estratégia ou plano nacional para combater a corrupção no judiciário? Em caso afirmativo, quais medidas essa estratégia contém?</p>
	MINISTÉRIO PÚBLICO
9	<p>Em que normas ou leis são estabelecidas as funções e organização dos serviços do Ministério Público? Quais são as funções (estabelecidas por lei) do Ministério Público? Como essa autoridade está relacionada a outros ramos do governo?</p>
10	<p>De quem é a autoridade dos promotores no sistema de justiça criminal? É independente ou faz parte do judiciário? A polícia ou outras agências de aplicação da lei conduzem os procedimentos legais? Os poderes do promotor público foram conferidos a promotores, juízes de instrução ou ambos? Como está organizado o Ministério Público? De acordo com as leis e procedimentos do sistema de justiça criminal, como é processado um caso que inclui violações das leis de fauna silvestre, desde a denúncia ou suspeita do crime, passando pela investigação e acusação formal, até à sentença e a resolução da causa?</p>
11	<p>Que relações de trabalho existem entre as unidades responsáveis pela aplicação efetiva das Leis de Fauna Silvestre e as autoridades do Ministério Público? Como essas organizações se comunicam e trocam informações? Um ou mais procuradores são designados para a unidade encarregada da aplicação efetiva da lei da vida silvestre? Se não for esse o caso, tal atribuição seria viável?</p>

12	Qual é o papel dos promotores em relação aos crimes contra a vida silvestre? Os promotores exercem um papel de supervisão nas investigações desses crimes?
	Os promotores têm poderes para promover um processo judicial? Se sim, como é o procedimento? Se não, quem promove os processos judiciais? Os promotores estão legalmente vinculados aos resultados da investigação policial? Os cidadãos têm o direito de fazer pedidos privados para iniciar um processo judicial? Os promotores têm o poder de iniciar uma ação legal, encerrar um caso, retirar as acusações ou encaminhar os casos para procedimentos de acusação criminal alternativos, etc.?
13	Quantos procedimentos legais relacionados à vida silvestre são resolvidos anualmente pelo promotor? Eles são resolvidos, por exemplo, por meio de julgamento ou confissão de culpa? Quantos casos resultam em condenação em pelo menos uma das acusações? Quantos casos são arquivados ou arquivados? Os casos envolvendo crimes contra a vida silvestre são atribuídos a promotores específicos? Em caso afirmativo, qual é o volume médio anual de casos atribuídos?
14	Quantos promotores são empregados atualmente pelo Ministério Público? É o suficiente para lidar com a carga do litígios? Quantos promotores e auxiliares estão envolvidos na promoção de ações judiciais relacionadas a crimes contra a vida silvestre? Essa é sua única responsabilidade ou também são responsáveis por promover ações judiciais em relação a outros tipos de crimes? Qual é a estrutura salarial do Ministério Público e de seus auxiliares? Qual é o salário médio de cada nível? Como isso se compara ao salário médio nacional? Os níveis salariais são compatíveis com as responsabilidades e riscos que as tarefas envolvem? O pagamento de salários aos promotores e seu pessoal é eficaz? Em caso afirmativo, eles recebem seus salários em dia?
15	Quando existem unidades especializadas encarregadas de crimes contra a vida silvestre, como é selecionado o pessoal para essas unidades? Que formação inicial recebem as pessoas que ingressam no Ministério Público? O treinamento especializado em material de vida silvestre é oferecido ao pessoal novo ou já existente? A formação inclui participantes de diferentes órgãos (nacionais e estrangeiros), como a polícia, o judiciário ou outros?
16	Quais são as instalações que ocupam o Ministério Público? Onde estão localizadas? Os promotores têm fácil acesso aos órgãos de investigação e aos tribunais? Que tecnologia de comunicação está disponível (como computadores, Internet, telefones, telefones celulares e aparelhos de fax)? Os promotores têm acesso à legislação relevante, incluindo leis criminais e leis sobre vida silvestre?
17	A lei estabelece mecanismos para a vigilância e supervisão da conduta e desempenho dos promotores? Existem códigos de conduta e diretrizes éticas claras para os promotores? Os promotores recebem treinamento sobre códigos de conduta e diretrizes éticas? Esse treinamento é um requisito para a obtenção de um diploma ou licença para praticar impostos? Existem vias para os cidadãos apresentarem queixas contra os promotores? Existe um sistema de monitoramento do sistema de reclamações? Como as alegações de má conduta são tratadas? Quem gerencia esse sistema? Como os promotores são vistos por outras agências e pelo público em geral? Eles são confiáveis e respeitados?
18	Existe uma lei nacional que regula a extradição? Em caso afirmativo, cobre crimes contra a vida silvestre? Os tratados existentes cobrem crimes relacionados à vida silvestre, bem como crimes descritos na Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional e na Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção (se o país for um Estado Parte)? Quem ou quais órgãos tratam dos pedidos de extradição? Como o processo é coordenado? O pessoal relevante recebeu treinamento sobre os requisitos legais para extradição?
19	Existem leis nacionais que regem o auxílio judiciário mútuo em questões criminais e administrativas? Se sim, quais são eles? Cobre crimes contra a vida silvestre? Que tratados ou acordos bilaterais de assistência jurídica mútua o país concluiu com outros países? Foram identificados países com os quais nenhum tratado foi celebrado, mas com os quais seria importante ter um tratado?
20	De quais países a assistência internacional foi solicitada com mais frequência?

	Com que frequência, em que circunstâncias e por quais crimes as agências estiveram envolvidas na busca de cooperação de outro país em casos de crimes contra a vida silvestre?
21	As disposições pertinentes autorizam o confisco de todos os animais silvestres importados, exportados, transportados, vendidos, recebidos, adquiridos ou comprados ilegalmente? A apreensão de amostras é obrigatória, desde que haja motivos razoáveis para acreditar que uma transação viola as disposições da CITES? Existem dados sobre o confisco de bens relacionados com a vida silvestre? Existem dados sobre o valor do bem apreendido ou recuperado? Onde são mantidos os bens apreendidos? Eles estão armazenados com segurança? Há suspeitas de que mercadorias de origem ilícita voltem a entrar no mercado? Quem paga pelo manuseio, armazenamento e alimentação da vida silvestre? Existe um orçamento governamental especial para esses fins? O país assinou tratados bilaterais ou outros acordos que contemplam a partilha de bens entre países envolvidos na localização, congelamento e confisco de bens derivados de crimes contra a vida silvestre?
22	O país recebe e faz pedidos de transferência de processos penais? Em caso afirmativo, esses aplicativos cobrem crimes contra a vida silvestre? Como essas solicitações são processadas? Que dificuldades surgiram?
23	Que penas a legislação atual contempla para crimes contra a fauna silvestre? Quais são as penas máximas de prisão e as multas máximas para os crimes mais relevantes? Existem penas mínimas para crimes contra a vida silvestre? Quem impõe a pena?
24	Que tipos de sanções são permitidas na legislação nacional (como prisão, multas, punição corporal ou pena capital ou serviços comunitários)? Que penalidades são geralmente derivadas de crimes contra a fauna? Quais autoridades têm poderes legais ou discricionários para impor sanções?
25	Um tribunal pode ordenar a restauração e medidas corretivas em resposta a crimes contra a vida silvestre? Que medidas de restauração e reparo podem ser solicitadas? Eles incluem, por exemplo, o tempo e custos de limpeza ou tratamento médico de animais silvestres?
IV	FATORES QUE PROMOVEM O CRIME DE TRÁFICO DE VIDA SILVESTRE E A EFICÁCIA DAS INTERVENÇÕES PREVENTIVAS Auxilia os usuários na identificação dos fatores que levam ao crime contra a fauna. As fontes de informação são várias entidades competentes e também atores locais.
1	Que pessoas ou organizações estão envolvidas no tráfico e caça de animais silvestres? Que papel os fazendeiros e criadores de gado desempenham nas atividades em análise? Os caçadores e usuários comerciais estão envolvidos? O país possui legislação suficiente e apropriada para prevenir tais atividades? A polícia ou as forças armadas desempenham um papel nas atividades em análise, seja na aplicação efetiva das regras ou agindo fora delas?
2	Até que ponto os meios de subsistência das comunidades locais dependem dos produtos da vida silvestre? Como essas comunidades e grupos protegem seus recursos de fauna terrestre? Existem controles comunitários e iniciativas de prevenção relacionadas à caça de animais silvestres? A legislação nacional respeita os costumes locais e os direitos (de propriedade) das comunidades locais e grupos indígenas? Essas comunidades e grupos têm acesso à vida silvestre?
3	A polícia e as forças armadas estão envolvidas nas atividades em análise? Quais são suas principais funções e responsabilidades no campo de operações? Quais mecanismos de controle e monitoramento foram aplicados pela polícia e pelas forças armadas?
4	Existem voluntários, guardas florestais e guardas da vida silvestre nas áreas em análise? Se sim, quais são suas funções e responsabilidades? Quais medidas de controle e monitoramento eles aplicam? Como eles contribuem para o controle e prevenção das atividades sob análise?
5	Existe uma grande demanda por produtos da vida silvestre para uso comercial? Que pessoas ou empresas compram produtos silvestres de residentes de comunidades locais? Como os empresários ou empresas contatam os habitantes de comunidades locais? Como os moradores vendem produtos da vida silvestre? Como os produtos da vida silvestre são entregues? Quem são os consumidores finais desses produtos? Qual é o seu destino? Os produtos da vida silvestre são vendidos nos mercados locais ou servidos em restaurantes? Até que ponto os produtos da vida silvestre são comercializados através das fronteiras nacionais?
6	Os produtos da vida silvestre são usados para alimentação, ferramentas ou outros fins? Quais são os principais usos desses produtos? As comunidades locais dependem dos produtos da vida silvestre para sua subsistência? A falta de alternativas sustentáveis força as comunidades locais a usar (ilegalmente) os recursos da vida silvestre (de áreas protegidas)?

7	<p>Os produtos da vida silvestre estão à venda nos mercados locais? Existem mercados locais para produtos da vida silvestre? Existem mercados internacionais para produtos da vida silvestre? Os produtos da vida silvestre são exportados? Os produtos são comercializados e despachados na forma de espécimes vivos, crus ou semiprocessados? Como são recebidos pelos consumidores finais?</p>
8	<p>Quais atividades recreativas afetam os produtos da vida silvestre? Que produtos raros da vida silvestre são coletados para ter em casa ou para vender como animais de estimação ou enfeites? A caça esportiva é frequente?</p>
9	<p>Que tipos de produtos da vida silvestre são consumidos como iguarias? Os produtos da vida silvestre são usados em cerimônias ou remédios tradicionais? Podem ser usados substitutos de origem sustentável em vez de produtos da vida silvestre? Existem certas crenças e certos status sociais ou patrimoniais relacionados aos produtos da vida silvestre?</p>
10	<p>Como as pessoas obtêm direitos de uso de terras comunitárias comuns? Como as terras públicas da comunidade são distribuídas para uso?</p>
11	<p>Existem conflitos entre criadores de gado e animais silvestres? Essas espécies são mortas para proteger o gado ou em retaliação à predação? Existem elementos de proteção adequados (currais, estábulos, abrigos, etc.) disponíveis e são usados?</p>
12	<p>Existem associações de caça? A caça legal é organizada (caça esportiva, associações de caçadores, etc.)? O acesso e a posse de armas são regulamentados? Existe o problema de sobre-caça (overhunting)?</p>
13	<p>O manejo de fauna cumpre todas as leis de vida silvestre relevantes em um determinado país? A administração respeita os direitos de posse e uso? A gestão respeita os direitos dos povos indígenas? A administração respeita as relações com a comunidade? A gestão avalia e mitiga os impactos ambientais? O manejo mantém áreas florestais protegidas?</p>
14	<p>Existem planos de caça e colheita? Em caso afirmativo, baseiam-se em informações de inventários e levantamentos realizados na área de interesse? As comunidades locais têm conhecimento e compreensão do zoneamento da área? Eles estão cientes das restrições e regulamentos?</p>
15	<p>Esses territórios estão definidos em termos de posse, propriedade e uso da terra? Os limites da posse da terra estão claramente definidos e identificados? A estrutura legal especifica os direitos dos principais atores, incluindo comunidades locais e grupos indígenas?</p>
16	<p>Existem áreas protegidas, como parques naturais? Essas áreas estão zoneadas? O país possui uma lista nacional ou regional de espécies ameaçadas?</p>
17	<p>Quais são as ameaças potenciais às áreas protegidas (como desenvolvimento comercial, agricultura, mineração, transporte, turismo, guerra, poluição, adversidades climáticas e ameaças culturais específicas)? A área protegida tem status legal? Existem planos de gestão, objetivos e medidas para uma implementação eficaz? Os funcionários são capazes de fazer cumprir as regras da área protegida com eficácia? Existe uma demarcação de limites?</p>
18	<p>Quem é o proprietário dos recursos naturais em análise? As leis nacionais respeitam os direitos de propriedade das comunidades locais?</p>
19	<p>Quem tem acesso aos recursos naturais, como a vida silvestre? Como o acesso é regulado?</p>
	<p>Quais são as políticas e legislações nacionais para o uso pessoal e comercial dos recursos da vida silvestre? Em que medida o governo concede concessões a empresas nacionais e internacionais para o uso comercial de recursos naturais?</p>
20	<p>Existem programas de redução da pobreza ou programas de desenvolvimento rural? Esses programas estabelecem ligações entre a redução da pobreza e o uso sustentável dos recursos naturais ou produtos da vida silvestre?</p>
21	<p>As partes interessadas estão cientes do escopo, consequências e impacto da atividade sob revisão? As partes interessadas têm uma compreensão da legislação, soluções e penalidades em vigor? Qual é o nível de conhecimento das autoridades locais e do público em geral sobre a legislação e processos judiciais relacionados com o crime de fauna silvestre? Existem atualizações e relatórios periódicos das atividades em revisão?</p>
V.	COLETA E ANÁLISE DE DADOS RELACIONADOS AO CRIME DE TRÁFEGO DE ANIMAIS SILVESTRES

1	<p>As estatísticas de crimes são coletadas?</p> <p>Em caso afirmativo, quais agências coletam estatísticas criminais?</p> <p>Essas agências separam os crimes contra a vida silvestre de outros crimes contra o meio ambiente?</p> <p>Os crimes contra a vida silvestre são identificados?</p> <p>Quem coleta esses dados?</p> <p>Quantos crimes contra a vida silvestre são relatados?</p> <p>Quantos são investigados?</p> <p>Quantas investigações resultaram em processos judiciais e condenações?</p> <p>Essas estatísticas contêm informações sobre os autores do crime, o local onde foi cometido e os danos ou ferimentos causados?</p> <p>Com que regularidade as estatísticas criminais são coletadas?</p> <p>Com que frequência e onde são publicados?</p>
2	<p>As estatísticas de crimes disponíveis estão relacionadas apenas a crimes relatados ou há uma estimativa dos níveis de crimes em geral?</p>
3	<p>Nos últimos três anos:</p> <p>Que quantidade e tipos de crimes contra a vida silvestre foram relatados à polícia?</p> <p>Que quantidade e tipos de crimes contra a vida silvestre foram investigados?</p> <p>Quantas investigações levaram a processos judiciais ou levaram à apresentação de uma acusação criminal?</p> <p>Qual a proporção dos crimes contra a vida silvestre que foram relatados e descobertos as autoridades afirmam ter resolvido (ou seja, a taxa de “esclarecimento”)?</p> <p>Mencionar os casos resolvidos com pena privativa de liberdade, indicando a espécie afetada, volume, distrito, província e departamento onde ocorreu o crime.</p> <p>Que quantidade e que tipo de bens e outros bens são apreendidos anualmente em conexão com crimes contra a vida silvestre?</p>
4	<p>Quais dados alfandegários sobre importações e exportações de animais silvestres estão disponíveis?</p> <p>Os relatórios aduaneiros contêm informações sobre as espécies, volumes e valor declarado das importações e exportações de fauna?</p>
5	<p>Quantos procedimentos legais relacionados à vida silvestre foram iniciados?</p> <p>Quantos processos iniciais resultaram em ações judiciais?</p> <p>Quantas pessoas foram processadas?</p> <p>Quantos deles foram condenados?</p> <p>Quantos foram absolvidos?</p>
6	<p>A autoridade administrativa da CITES (ou outro órgão) mantém registros sobre o comércio de espécies listadas na CITES?</p> <p>Em caso afirmativo, esses registros estão disponíveis ao público?</p> <p>Os registros comerciais são enviados anualmente para a Secretaria da CITES?</p> <p>Se sim, esses registros estão completos?</p> <p>O país envia relatórios bienais sobre as medidas legislativas, regulamentares e administrativas adotadas para dar cumprimento ao disposto na Convenção?</p>
7	<p>Existem registros, dados ou qualquer outra informação sobre as mudanças nos estoques de vida silvestre ou outros dados ambientais relacionados a isso?</p> <p>Os sistemas de vigilância da vida silvestre são usados no país ou em partes do país?</p> <p>Em caso afirmativo, como esses sistemas funcionam?</p> <p>Quem os utiliza?</p>
8	<p>Que dados econômicos sobre o comércio de vida silvestre terrestre e aquática estão disponíveis?</p> <p>Mudanças inexplicáveis nos estoques podem revelar atividade ilegal?</p>
9	<p>O país mantém um banco de dados nacional que registra incidentes de crimes contra a vida silvestre?</p> <p>Quais organizações têm acesso a este banco de dados?</p> <p>Que informações são registradas?</p> <p>Como as informações são registradas e disseminadas?</p> <p>As autoridades competentes dispõem de infraestruturas de TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação)?</p>
10	<p>O país tem acesso ao EU-TWIX (Intercâmbio de Informações sobre Comércio de Fauna Silvestre, da União Européia)?</p> <p>Quais organizações têm acesso ao banco de dados?</p> <p>Como as informações são registradas e divulgadas?</p>
11	<p>A autoridade administrativa nacional da CITES prepara seus próprios alertas e faz uso dos alertas da CITES?</p> <p>Se não, porque não?</p>
12	<p>Quais metas de desempenho, se houver, foram identificadas para as agências governamentais que operam nos setores de vida silvestre?</p> <p>Quais são os objetivos específicos para agências de aplicação da lei, promotores e agências judiciais?</p> <p>Que indicadores de desempenho são utilizados para medir a atuação dos órgãos competentes?</p>

13	<p>Que investigação independente sobre aspectos de crimes contra a vida silvestre foi realizada? Que aspectos foram investigados e por quem (s)? Quais são as principais conclusões e resultados de pesquisa das análises relevantes? Que resposta, se houver, as agências governamentais têm oferecido ou fornecido para pesquisas acadêmicas e independentes sobre crimes contra a vida silvestre? Existem sistemas disponíveis que permitem a avaliação e o uso de informações de pesquisas acadêmicas e de ONGs para a formulação de políticas, legislação e fins de aplicação efetiva da lei?</p>
14	<p>Foram realizados levantamentos diagnósticos relacionados a crimes contra a vida silvestre? Quem encomendou essas pesquisas? Quais são as principais conclusões dessas pesquisas?</p>
15	<p>Como as agências relevantes publicam, divulgam e disseminam dados e outras informações relacionadas a crimes contra a vida silvestre? Que informações estão disponíveis ao público? As informações relevantes são publicadas online ou em relatórios anuais ou outros relatórios periódicos?</p>

ANEXO 4
FORMATO DE RELATÓRIO MENSAL DE ATIVIDADES
INFORME N° XX-2019-WCS Brasil

Nome do consultor:
Contrato:
Local de desenvolvimento das atividades:
Periodo do relatório:
Data do relatório:

Atividades realizadas:⁴

-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-
-

Dificuldades para o desenvolvimento das atividades⁵:

-
-
-

% de avanço em relação ao produto final:

-

Atenciosamente,

Nome e sobrenome do consultor
N° do RG

⁴ Todas as atividades realizadas durante o mês devem ser indicadas, relatar as reuniões, anexar as atas das reuniões, o andamento e tudo o que for considerado pertinente.

⁵ Caso tenham ocorrido dificuldades ou inconvenientes no desenvolvimento das atividades do mês, relate em que consistiram essas dificuldades, por exemplo, que não forneceram as informações solicitadas, ou que não responderam quando você solicitou um agendamento para uma reunião.

ANEXO 5

FORMATO DE RELATÓRIO FINAL E ANÁLISE INTEGRAL DO COMPONENTE LEGAL DE TRÁFICO DE FAUNA SILVESTRE NO BRASIL

I. ÍNDICE

II. ACRÓNIMOS

Incluir acrónimos e siglas que correspondam.

III. DEFINIÇÕES

Incluir definições nacionais dos termos-chave que serão utilizados no documento, conforme constam das normas legais, que permitam um melhor entendimento, tais como:

- a) Fauna silvestre / vida silvestre
- b) Recurso hidrobiológico
- c) Tráfico

IV. OBJETIVO

Uma vez analisadas as respostas do banco de perguntas:

- 4.1. Identificar pontos fracos e fortes na legislação do país de combate ao tráfico de vida silvestre, medidas eficazes de aplicação da lei, capacidade judicial e de acusação, fatores que favorecem o tráfico de vida silvestre e a eficácia das intervenções preventivas.
- 4.2. Elaborar propostas de sinergias de colaboração binacional, no âmbito da aplicação de normas nacionais e internacionais relacionadas com o controle do tráfico de vida silvestre e outras afins.

V. INTRODUÇÃO

Fazer um resumo sobre o que será desenvolvido no corpo do relatório, indicando o escopo da análise em relação às espécies (fauna terrestre, aquática, hidrobiológica). Explique também quais são os atos considerados crimes no país, especificando se todos serão abordados neste relatório e, em caso negativo, indique os motivos.

VI. ANTECEDENTES

- Breve revisão da evolução histórica do tratamento dos crimes contra a vida silvestre no país.

VII. MARCO NORMATIVO

Bases jurídicas nacionais e internacionais (incluindo tratados, acordos, leis, decretos, resoluções, circulares, conceitos, guias e qualquer outra disposição aplicável) e sua análise comparativa.

VIII. MARCO INSTITUCIONAL NACIONAL

Lista das autoridades administrativas de ordem local ou nacional, dos órgãos dos diferentes poderes públicos e dos organismos a eles vinculados por meio de acordos ou instrumentos equivalentes. Papel e / ou funções que cumprem em relação a crimes contra a vida silvestre

IX. CARACTERIZAÇÃO DE DELITO

Descrição detalhada de cada tipo de crime, incluindo as medidas, práticas, infrações

ou atos não classificados como crimes que perseguem situações de tráfico ilegal.

X. MARCO PROCESUAL

Descrição de cada processo de acordo com a caracterização do capítulo anterior e desde a primeira instância até a sua etapa final.

XI. ANÁLISE

Com base nas respostas obtidas em relação ao banco de perguntas (Anexo 3) apresentar a análise dos resultados, identificando:

- Os pontos fracos e fortes da legislação nacional contra o tráfico de vida silvestre,
- As medidas de aplicação efetiva da lei, a capacidade judicial e de procuração no país,
- Fatores que favorecem o tráfico de animais silvestres no país.
- A eficácia das intervenções preventivas no país.

Apresentação de propostas no âmbito da aplicação da regulamentação nacional e internacional relativa ao controlo do tráfico de vida silvestre e outras afins.

Propor soluções alternativas de forma a contornar as fragilidades encontradas, que podem ser realizadas a curto, médio ou longo prazo

Levar em consideração o uso adequado de referências e citações.

XII. REFLEXÕES E CONCLUSÕES

- A partir da análise realizada para o país incluir:: i.. dificuldades, eficácia do que existe e oportunidades de aprimoramento jurídico entre as entidades de forma multissetorial e ii. propostas de sinergias de colaboração binacional, no quadro da aplicação de normativas nacionais e internacionais relacionadas com o controle do tráfico de fauna silvestre e afins, comparando o sistema existente no país com os compromissos binacionais / plurinacionais relacionados com a atividade de tráfico nas áreas de fronteira.
- Fazer recomendações com base nos pontos fortes e fracos do país.

XIII. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

XIV. ANEXOS

- Atas das reuniões que participou.
- Imagens, planos, quadros estatísticos e outros pertinentes (ex. Avanço histórico por dos delitos relacionados a fauna silvestre no país, sentenças, quantidade de pessoal que trabalhancos com temas no Ministério Público, evolução da quantidade de casos atendidos no país, entre outros).
- Respostas do Banco de Perguntas.